Extensão Rural e Desenvolvimento: o caso da Associação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer)[1]

Bruno Andrade[2]
Maria Salett Tauk Santos[3]

Resumo
A pesquisa analisa a atuação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) no cenário brasileiro contemporâneo. Especificamente, buscamos analisar as ações recentes da Asbraer no sentido de promover sua missão institucional: influenciar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural brasileiro, sobretudo relacionadas à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). A pesquisa evidenciou que as ações políticas da Asbraer buscaram fomentar a criação de um sistema nacional de Ater, o Sisbrater.

PALAVRAS-CHAVE: Asbraer, Extensão Rural, Sisbraer

Introdução

Este estudo tem o objetivo de compreender a atuação institucional da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) no cenário contemporâneo. Especificamente, buscamos analisar aspectos institucionais da Asbraer e compreender as preocupações da entidade no cenário contemporâneo da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil. Inicialmente, será apresentada a estrutura organizacional e aspectos do funcionamento interno da instituição, bem como informações referentes a seu estatuto social, missão institucional e rotina de trabalho junto às associadas. Em seguida iremos construir um panorama de ações de cunho político-institucional realizadas pela Asbraer na atualidade, que nos permita visualizar suas propostas em seu cotidiano institucional. Entre nossas preocupações, destacamos os fóruns de discussão em que a associação buscou participar e exercer influência nos últimos anos, especialmente junto ao Governo Federal e seus ministérios; ao Congresso Nacional -

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Jornalista, mestrando em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

[3] Jornalista. Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex/UFRPE) e no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância da UFRPE.

Câmara dos Deputados Senado; e às entidades ligadas a Ater no Brasil. Procuramos conhecer quais propostas, mais relevantes, a Asbraer defendeu no exercício de realizar sua missão institucional no contexto atual da Ater no Brasil.

A importância desta pesquisa está relacionada às preocupações com o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema de Ater em todo o país. É de fundamental importância a compreensão a atuação das entidades governamentais envolvidas na promoção da Ater, que fazem parte da Asbraer. O estudo também se faz importante na medida em que busca compreender o debate proposto por estes órgãos em relação à Política Nacional de Ater (Pnater), política pública do estado brasileiro voltada ao acompanhamento e fortalecimento da agricultura familiar e das diversas atividades desenvolvidas pelos povos tradicionais e demais beneficiários da Ater contemporânea.

Para a realização da pesquisa, utilizamos uma combinação de técnicas de coleta e análise de dados. Entre elas, a pesquisa bibliográfica, a análise documental (AD) e, de um modo especial, realizamos um roteiro de entrevista semiestruturada.

Sobre a pesquisa documental, Laville e Dionne (1999, p. 166) ressaltam que não importa a forma dos documentos, que podem ser visuais, sonoros, escritos. O que importa é que os documentos aportam informação diretamente, já que "os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa, codificá-los ou categorizá-los". Peña e Morillo (2007) enfatizam que a análise documental ganha espaço no contexto atual de nossa sociedade, na medida em que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) possibilitam o acesso rápido e em grande volume de documentos das mais variadas naturezas. Nesse sentido, conseguimos encontrar documentos-chave para nosso estudo - referentes tanto a Asbraer quanto à Política Nacional de Ater.

Realizamos ainda uma de entrevista semi-estruturada, com o presidente do Conselho Diretor da Asbraer, Júlio Zoé de Brito. A entrevista com o presidente da Asbraer foi bastante esclarecedora e ajudou a compreender e complementar os dados disponíveis nos documentos institucionais.

A Asbraer no contexto da Ater

A fundação da Asbraer está diretamente relacionada ao fechamento da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) pelo governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Por meio da Medida Provisória Nº 151, de março de 1990, transformada posteriormente na Lei Nº 8.029 de 12 de abril do mesmo ano, foi

promulgada a extinção do órgão federal que até então era responsável pela articulação e fortalecimento da Ater pública em todo o país. Pela referida lei, diversas fundações, autarquias e empresas públicas foram extintas, como a Fundação Nacional de Artes (Funarte), a Fundação Nacional do Cinema Brasileiro (FCB), a Distribuidora de Filmes S.A (Embrafilme), entre tantas outras instituições e órgãos da administração pública federal.

Com a extinção da Embrater, a responsabilidade da Extensão Rural recai sobre os estados e municípios, que, em muitos casos, não destinaram ou não possuíam os recursos necessários para manter a estrutura organizacional de suas respectivas Ematers. Algumas organizações não governamentais (ONGs) passaram a assumir responsabilidades no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural, no sentido de minimizar a ausência do estado entre as famílias rurais (BRASIL, 2004).

No dia 21 de abril de 1990, dirigentes das instituições estaduais de Ater se reúnem em Brasília e decidem fundar uma associação que buscasse, ao menos, minimizar os efeitos negativos que se seguiram durante anos com a extinção da Embraer. Em 8 de junho, a Asbraer é formalmente fundada, tendo seu estatuto registrado em cartório. Atualmente a entidade está presente em todo o país, por meio de suas 27 entidades associadas - 26 estaduais e 1 distrital (ASBRAER, 2012a).

A história da extensão rural tem em seus registros que a década de 1990 foi marcada por um verdadeiro desmonte da estrutura pública de Ater em todo o Brasil. O fim da Embrater foi um duro golpe nas entidades estaduais que realizavam esse serviço junto às populações do meio rural. Algumas, inclusive, chegaram a fechar as portas por falta de apoio e financiamento para suas ações.

Em seu estatuto social, a Asbraer é definida como uma:

> Associação, pessoa jurídica de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos os associados (ASBRAER, 2012a, p. 01).

Cada uma das associadas são representadas na Asbraer por seus respectivos dirigentes, os presidentes das entidades estaduais oficiais de Ater. A entidade tem sede própria e foro em Brasília, Distrito Federal. Juntas as 27 associadas da Asbraer são responsáveis pela assistência técnica e extensão rural governamental realizada nos estados de todo o país. Um levantamento feito pela Associação em 2010, apontou que as entidades estaduais agregam cerca 23 mil funcionários, dos quais 16.600 são extensionistas rurais, que atuavam em cerca de 5.300 municípios da federação. Ainda segundo esse levantamento

da Asbraer, apenas "um terço dos estados contam com entidades de Ater estruturadas e com um processo moderno de gestão" e que apenas 30% dos agricultores familiares do Brasil recebiam algum tipo de acompanhamento de Ater por uma dessas organizações (ASBRAER, 2010, p.5).

Os membros da Associação têm direito a votar e a serem votados na escolha da presidência do Conselho Diretor. Os associados também elegem cinco membros para as diretorias regionais Norte, Nortesde, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Estes são escolhidos pelos representantes das entidades do referido regional, por meio do voto direto e secreto. Presidente, vice-presidente e diretores regionais compõem o Conselho Diretor da Asbraer, subordinado à Assembleia Geral, e que tem por função realizar ações que busquem atingir as metas e objetivos propostos pela entidade. Todos esses cargos e funções são eleitos para mandatos coincidentes de dois anos de duração (ASBRAER, 2012a).

É nas Assembleias Gerais, órgão máximo da entidade, que os dirigentes das empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural têm a possibilidade de se encontrar para discutir temas pertinentes à realidade das associadas, à própria Asbraer e ao cenário de Ater no Brasil. O estatuto da Asbraer prevê a realização de duas assembleias ordinárias ao longo do ano, sendo que a primeira delas deve acontecer até o trigésimo primeiro dia do mês de março de cada ano. O documento também enfatiza a realização de assembleias extraordinárias, tantas quantas forem necessárias. Estas últimas podem ser convocadas pelo presidente do Conselho Diretor, pela maioria dos membros do mesmo conselho ou por um quinto dos associados da Asbraer (ASBRAER, 2012a).

Presidente da Asbraer, Júlio Zoé de Brito destacou que a entidade possui um caráter eminentemente político, ressaltando a diversidade de opiniões entre os dirigentes e da realidade vivida em cada entidade estadual. "Evidentemente o Brasil é um país muito diverso (...). E lá (nas assembleias) somos um fórum de discussão que respeitamos a opinião de cada um. E evidentemente tentamos sempre, na medida do possível, construir o consenso"[4].

A ação externa da Asbraer: influenciando a política de Ater no país

Em seu estatuto social, no inciso II do artigo 3º, a Asbraer se compromete em "participar e influenciar a formulação da política de Desenvolvimento Rural Sustentável e especialmente da política nacional para a Assistência Técnica e Extensão Rural"

[4] BRITO, Júlio Zoé. Entrevista concedida ao pesquisador em 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA-PE).

(ASBRAER, 2012a, p.1). Nesse sentido, seria possível afirmar que a Associação estaria comprometida com o desenvolvimento do meio rural nos moldes do que propõe Política Nacional de Ater, promulgada pela Lei de Ater de 2010?

Em 2003, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), a Pnater é construída com a participação de representantes de diversos segmentos da sociedade, entre membros governamentais das esferas federal, estadual e municipal e lideranças da sociedade civil organizada, sobretudo de movimentos sociais, de organizações não-governamentais e de representações relacionadas aos agricultores familiares (BRASIL, 2004).

Em seus princípios, a Pnater ressaltou a exclusividade ser dada aos agricultores familiares nas ações da Ater pública. Além destes, foram apontados como beneficiários exclusivos da Pnater os assentados por programas de reforma agrária, populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas, povos da floresta, pescadores artesanais e aquiculturas, extrativistas. Esta deveria ser gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente para assegurar o fortalecimento da agricultura familiar. (BRASIL, 2004).

Os princípios e diretrizes que orientaram a PNATER em 2003 apontaram para a amplitude dos compromissos e metas da nova Ater. A busca pela superação das práticas convencionais e o reconhecimento dos erros e equívocos praticados pelo modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações[5] e nos pacotes da Revolução Verde[6] apareceu como ponto de partida de um caminho a ser traçado permanentemente pelos agentes e instituições responsáveis pela execução da nova política (BRASIL, 2004).

A Pnater (BRASIL, 2004) propôs um extensão rural baseada no desenvolvimento rural sustentável, uma Ater que defendesse a conservação e recuperação dos recursos naturais e agroecossistemas; que procurasse a valorização dos mercados locais e a inserção dos agricultores familiares e outros públicos da extensão nos mercados globalizados; que fortalecesse e apoiasse a diversificação das atividades socioeconômicas, unindo atividades agrícolas e não agrícolas na promoção da melhoria da qualidade de vida das populações

[5] O uso de intensiva comunicação de massa tinha o objetivo de sensibilizar os agricultores a abandonarem suas tradicionais formas de cultura e passarem a adotar as medidas e inovações voltadas para a maior eficiência produtiva e produtividade. Nessa perspectiva, os profissionais de Ater deveriam ser bons comunicadores, para influenciar, convencer, persuadir e manipular os consumidores/agricultores a utilizarem destas formas de produção (LIMA; ROUX, 2008).

[6]Entre as décadas de 60 e 80, o Brasil assume o modelo de desenvolvimento difusionista utilizou as técnicas de comunicação de massa para difundir políticas de assistência técnica e extensão rural baseadas, essencialmente, nos ditames da Revolução Verde: implementação de insumos agrícolas, agrotóxicos e de sementes híbridas com o objetivo de aumento de produção em larga escala (LIMA; ROUX, 2008).

atendidas; que estivesse comprometida com a superação das desigualdades sociais, a superação das discriminações raciais, de gênero ou contra grupos minoritários; que promovesse a valorização e resgate dos saberes e conhecimentos locais, possíveis pontos de partida para ações transformadoras da realidade.

Segundo o presidente da Asbraer, apesar de atual direção da Associação considerar a Política Nacional de Ater um marco para a assistência técnica e extensão rural brasileira, é possível que as entidades estaduais desenvolvam ações e até políticas que sejam pautadas por outras perspectivas de Ater, que podem se contrapor às propostas da Pnater.

> Embora tenhamos a preocupação de que a política é uma diretriz, não pode existir barreiras de que algo possa fugir da política (PNATER) (...) O fato é de que a grande maioria dos recursos de cada entidade estadual vem do próprio estado, que tem suas próprias políticas públicas, não é? E muitas vezes podemos dizer: essa política não está muito de acordo com a PNATER[7]

Dados da Asbraer destacam que o investimento feito pelo Governo Federal junto às entidades oficiais de Ater representa menos de 10% do total que é financiado pelos estados (ASBRAER; ABER, 2010). De acordo com o presidente da Asbraer, esse fato justifica que cada estado defina que tipo de políticas de Ater deseja implementar. A Associação, inclusive, defende de que cada estado da federação tenha uma política e uma lei de Ater próprias, que estejam de acordo com os interesses das políticas públicas desenvolvidas na esfera estadual.

> Nós da Asbraer estamos lutando para que cada estado tenha uma política e tenha também uma lei de Ater. Da mesma forma, estamos defendendo para que cada estado tenha, dentro da respectiva assembleia legislativa, uma célula de apoio, uma frente parlamentar de apoio à assistência técnica e extensão rural, onde você tem a oportunidade de ter audiências públicas para discutir os temas que envolvem essa questão. Como nós temos em nível nacional, ter também nos estados.[8]

Se, por um lado, a proposta de criação de frentes parlamentares estaduais de apoio à Ater poderia favorecer o fortalecimento das entidades governamentais e não-governamentais envolvidas com a temática, pela criação de leis e políticas específicas e com a realização de audiências públicas; por outro, é de se questionar possíveis contradições que surgiriam no caso da criação de políticas e leis de estaduais de Ater que fomentassem práticas de extensão rural que a PNATER buscou superar, como o difusinismo, a supervalorização da dimensão econômica na agricultura familiar, entre outras. Em estados que tivessem em seus legislativos forte presença de representantes da

[7] BRITO, Júlio Zoé. Entrevista concedida ao pesquisador em 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA-PE).
[8] Ibid.

bancada ruralista, ligados ao mundo do grande agronegócio, poderia exercer influência para a criação de políticas e legislação que não contemplasse satisfatoriamente os agricultores familiares e demais públicos beneficiários da Pnater.

O Sisbrater: a proposta que está em pauta

Quando a presidenta Dilma Rousseff anunciou, no dia 28 de junho de 2012, durante o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, no Palácio do Planalto, em Brasília, a proposta de criação de uma nova agência nacional voltada à promoção da Ater pública em todos os níveis, os dirigentes da Associação das Entidades Estaduais de Ater (Asbraer) viram atendidas uma parte importante de suas reivindicações, defendidas com maior empenho nos últimos anos. A cinco quilômetros do Palácio, os presidentes das entidades estaduais de Ater estavam reunidos na realização da 22ª Assembleia Geral Extraordinária, no Setor Hoteleiro Norte de Brasília, sendo surpreendidos com o anúncio feito pelo Governo Federal (ASBRAER, 2012d) naquele mesmo momento.

Nessa mesma Assembleia Geral Extraordinária, os dirigentes comemoravam os 22 anos da Asbraer, fundada no dia 8 de junho de 1990, exatamente por conta do fechamento da entidade nacional até então responsável pela articulação dos esforços de Ater em todo o país, a Embrater. O anúncio da criação de uma agência ou empresa nacional de Ater, que dias depois foi elevada à categoria de órgão federal pela própria presidenta Dilma Rousseff, foi comemorada como uma vitória da Ater brasileira entre os 25 dirigentes das entidades estaduais oficiais ali presentes, que também destacaram a importância da Asbraer nesse processo.

A assembleia iniciou no dia 28 de junho pela manhã e seguiu até o dia seguinte, contando com a participação de membros do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA (DATER), da Secretaria Nacional de Agricultura Familiar do MDA, do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA), de organizações não governamentais, entre outras instituições (ASBRAER, 2012c). A criação da nova entidade nacional foi certamente o tema que mais acalorou os debates realizados nos dois dias de encontro.

Ressaltamos que, nesta pesquisa, não temos o intuito de afirmar que a criação do futuro órgão nacional de Ater é obra exclusiva das ações políticas desenvolvidas pela Asbraer. Nosso propósito é apenas o de mostrar que a Asbraer buscou construir um discurso e uma proposta para esse fim nos últimos anos, levando-a a espaços políticos e dando sua contribuição para que a futura entidade nacional de Ater se tornasse realidade. Queremos

destacar que a criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – o Sisbrater –, como convencionou chamar os dirigentes da Asbraer – e de uma entidade fizesse sua respectiva gestão foram preocupações permanentes da Associação nos espaços em que esteve presente e buscou exercer sua missão institucional e influência política.

Nesse sentido, a proposta da Asbraer para o Sisbrater foi sendo amadurecida ao longo dos últimos anos. No início da gestão da atual direção do Conselho Diretor, a ideia que começou a ser discutida era a da recriação da Embrater. Em encontro realizado no dia 6 de junho de 2011, promovido pela Frente Parlamentar de Ater, na Câmara Federal dos Deputados, em Brasília, o presidente da Asbraer defendeu abertamente a proposta de recriação da Embrater, afirmando na ocasião que "não é preciso ter vergonha de lutar por essa ideia de retomada de uma instituição" (ASBRAER, 2011e). Desde os primeiros encontros que participou, a atual direção do Conselho Diretor da Asbraer buscou defender a necessidade de criação de uma entidade que centralizasse os recursos destinados ao sistema de Ater e que, de acordo com o presidente da entidade, encontravam-se pulverizados entre diversos órgãos que compõem a administração federal. Além disso, a Asbraer defendia que essa nova entidade que coordenaria o Sisbrater fosse vinculada diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Menos de 15 dias depois desse encontro, em 20 de julho de 2011, em reunião com o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, o Conselho Diretor da Asbraer, representado por todos os seus membros, passou a defender não mais a recriação da Embrater, e sim do Sisbrater. Nesse encontro, o representante da Emater-MG, Marcelo Lana, afirmou que a Asbraer representava todo o país e que a entidade não queria "resgata a velha Embrater", mas que desejavam, nas palavras do dirigente, "algo novo, que contemple a modernidade" (ASBRAER, 2011f). Nesse mesmo dia, os representantes das entidades estaduais também haviam se reunido para o mesmo propósito com o secretário de Agricultura Familiar do MDA, Laudemir André Müller. Em ambos os encontros os dirigentes se propuseram a apresentar posteriormente um estudo técnico que a Asbraer sobre a possível estrutura da nova entidade.

De acordo com Júlio Zoé, essa mudança de discurso teve um caráter estratégico por parte da direção da Asbraer. O receio dos dirigentes era de que o Governo Federal, as entidades não governamentais e movimentos sociais pensassem que a proposta se tratasse de uma luta que beneficiasse apenas as entidades estaduais: "Começamos a defender a recriação da entidade (Embrater) para coordenar, mas isso começou a parecer

corporativismo. Então passamos a defender um sistema"[9]. Evidentemente que se essa proposta fosse identificada – pelo Governo Federal e, especialmente, pelos movimentos sociais e ONGs que atuam no setor – como corporativista, ou seja, preocupada apenas em beneficiar as entidades estaduais associadas à Asbraer, certamente ela perderia força política e poderia ser vista com maus olhos por diversos atores envolvidos no debate da Ater no Brasil.

Ainda em 2011, ao longo do segundo semestre, a Asbraer buscou defender a proposta de criação do Sisbraer nos diversos fóruns que participou, apresentando, inclusive, o estudo técnico com a proposta da estrutura do órgão a ser criado para gerir o Sisbrater. Essa proposta foi apresentada insistentemente ao longo do segundo semestre de 2011, entre outros fóruns de debate, a representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, incluindo Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER – (ASBRAER, 2011h)[10]; do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA); da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Agrário, além da Subcomissão Especial da Agricultura Familiar da Comissão de Agricultura e da Subcomissão do Leite da Câmara dos Deputados (ASBRAER, 2011g; ASBRAER, 2011i; ASBRAER, 2011j), entre outras instituições e fóruns.

Realizada entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro de 2011, em Belém, no Pará, a 41ª Assembleia Ordinária da Asbraer, como não poderia deixar de ser, teve como pauta central a recriação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Entre as determinações estabelecidas durante a assembleia, ficou acertado que os dirigentes das entidades estaduais iriam lutar dali em diante para a criação de frentes parlamentares nos seus respectivos estados e municípios, que teriam como modelo a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados

Ao todo, 22 das 27 entidades estaduais participaram da 41ª Assembleia Ordinária, chegando a um consenso quanto à estratégia de criação de frentes parlamentares estaduais e municipais de Ater. Segundo texto publicado na página da internet da Asbraer, em 5 de dezembro daquele ano:

---

[9] BRITO, Júlio Zoé de. Entrevista concedida ao pesquisador no dia 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA-PE).

[10] ASBRAER. **Para um Brasil sem miséria, é preciso investir na extensão rural**, Brasília, 16 de setembro de 2011h. Disponível em: <http://migre.me/diNhk>. Acesso em: 7 dez. 2012.

> O intuito é agregar força política e formar um amplo movimento nacional em favor da criação do Sisbrater. O tema será levado aos encontros municipais e estaduais preparatórios para a Conferência Nacional de ATER, marcada para abril de 2012. Para a direção da Asbraer, esse movimento fortalecerá as entidades nos estados e até mesmo as organizações não governamentais que atuam no setor. (ASBRAER, 2011m).

Ficou acertado ainda entre os participantes da 41ª Assembleia Ordinária da Asbraer de que a proposta a ser defendida pela entidade não iria entrar em concorrência com o Depatamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), mas sim:

> Fortalecer a estrutura Dater com ampliação da atual estrutura, a fim de garantir a racionalização dos recursos das diversas rubricas de ATER pulverizados por diferentes e qualificar a ação dos mais de 30 mil extensionistas perante os 3 milhões de agricultores familiares, em 5.500 municípios brasileiros" (ASBRAER, 2011m).

Logo no início de 2012 o Conselho Diretor da Asbraer se reúne em Brasília, Distrito Federal, nos dias 18 e 19 de janeiro, e aponta a criação do Sisbrater e a realização da 1ª Conferência Nacional de Ater (CNATER) como as prioridades na pauta política da entidade para todo o ano (ASBRAER, 2012e). Nesse mesmo encontro, os dirigentes enfatizaram que as entidades estaduais deveriam se esforçar para exercer papel de protagonismo na mobilização e organização das conferências estaduais de Ater, realizadas entre março e abril, que antecederiam a CNATER, que seria realizada de 24 a 26 de abril de 2012.

Da mesma forma que em 2011, o Conselho Diretor da entidade marcou presença em diversos fóruns de debate de Ater nos primeiros meses de 2012, apresentando em diversas instâncias sua proposta para a de criação do Sistema Brasileiro de Ater (Sisbrater). Nesse sentido, os dirigentes da Asbraer participaram de audiências públicas no Congresso Nacional – tanto comissões da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal – e em encontros com diversas organizações, incluindo institutos de pesquisa, sindicatos e movimentos sociais ligados à Ater, como a Contag (ASBRAER, 2012f; ASBRAER, 2012g).

Durante a realização da Conferência Nacional de Ater, em abril, a Asbraer deu ênfase mais uma vez à proposta de criação do Sisbrater. O presidente da entidade, Júlio Zoé de Brito, apresentou logo na abertura da CNATER a pauta que a Asbraer buscou defender com tanto empenho nos últimos meses:

> O presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), Júlio Zoé de Brito, defendeu a necessidade

> de criação do sistema que organize os recursos disponíveis para a assistência técnica e a extensão rural. Na abertura da 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que ocorre em Brasília, ele lembrou que a Lei Orçamentária da União (LOA) tem R$ 1,6 bilhão e o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi contemplado com R$ 400 milhões. No entanto, a maior parte desses recursos está pulverizada pelos diferentes órgãos de governo e pela falta de uma coordenação (ASBRAER, 2012h).

Esses dados apresentados pelo presidente da Asbraer na abertura da CNATER vieram de um estudo técnico que a própria entidade realizou para embasar sua argumentação da necessidade de criação do Sisbrater. O referido esboço apontava que havia cerca de R$ 1,6 bilhão pulverizados entre diversos ministérios para a assistência técnica e extensão rural no ano de 2012, dos quais apenas R$ 395 milhões estavam destinados ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DATER). Além disso, Asbraer calculou nesse estudo que o custo de cada família acompanhada pelos serviços de Ater girava em torno dos R$ 1 mil por ano, de forma que, contando apenas com os recursos do DATER, somente estariam sendo atendidas cerca de 395 mil famílias rurais, num universo de cerca de 5 milhões de produtores familiares (ASBRAER, 2012f). Na visão da Asbraer, a criação do Sisbrater e de uma entidade para gerenciá-lo favoreceria o melhor aproveitamento desses recursos supostamente dispersos, de modo a fortalecer todo o sistema de Ater no Brasil.

O anúncio da presidenta Dilma Roussef de criação de um órgão nacional, no final de junho de 2012, soou como entre os dirigentes da Asbraer como uma grande vitória da entidade. Evidentemente, essa proposta contou com a participação de diversos segmentos ligados à Ater em todo o Brasil. Movimentos Sociais, ONGs, entidades de pesquisa, entre diversos outros atores, participaram desse debate e influenciaram para que o Governo Federal anunciasse a criação desse novo órgão, cuja formatação, no início de 2013, ainda estava em processo debate e aprofundamento.

Convidada, no início de julho de 2012, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para fazer parte do grupo de trabalho que estuda a estruturação do novo órgão de Ater, a Asbraer defende que não se restrinja ao atendimento exclusivo dos agricultores familiares, mas que contemple públicos diversos. Segundo o presidente da Asbraer, busca defender a universalização da assistência técnica e extensão rural:

> Até porque, como disse a ministra Ideli Salvatti, o MAPA já tem a Embrapa, que é uma empresa vinculada ao Ministério da Agricultura. Apesar do público mais vinculado ao MAPA ser o médio e o grande (agricultores), quando a Embrapa

> trabalha inovação tecnológica contempla também a agricultura familiar... Então a presidente Dilma não quer uma entidade que seja exclusiva da agricultura familiar, mas uma entidade que trabalhe com todos os públicos. E evidentemente que nós vamos trabalhar com o público do Ministério da Agricultura, com o público da Pesca, com o público do Meio Ambiente, com os perímetros irrigados, que estão vinculados ao Ministério da Integração (Nacional), com todos os públicos. Esse é um perfil que a gente deseja.[11]

Ainda não se sabe se a presidenta Dilma Rousseff irá sancionar a criação de um órgão de Ater voltado a diversos públicos – como defende a Asbraer – ou que seja exclusivo da agricultura familiar e demais públicos beneficiários da Pnater. Essa discussão ainda está em processo dentro do grupo de trabalho encarregado de formatar o futuro órgão de Ater. A Asbraer, por outro lado, afirma se colocar ao lado de movimentos sociais ao compreender que a nova entidade deverá ser vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que é responsável atualmente pelas políticas públicas de Ater junto aos agricultores familiares de todo o Brasil.

O presidente do Conselho Diretor da Abraer aponta pelo menos três grupos que tem medido força para ver seus interesses atendidos com a criação do novo órgão de Ater:

> Eu diria que tem até três grupos. Política é assim. Tem a senadora Kátia Abreu, pela CNA, Confederação Nacional de Agricultura, que apresentou uma proposta. Ela esteve com a ministra Ideli Salvatti e apresentou. É uma proposta muito distante. Eu nunca esqueci o dia em que chegaram dois assessores dela lá querendo saber o que era Extensão Rural, para você entender como essa é uma proposta frágil (...). Não tem integração com nenhuma representação, nenhuma. Mas de qualquer maneira, respeitamos. Depois tem o MAPA, que geralmente mais vinculado ao empresariado rural, os médios e uma lacuna que nem é agricultor familiar nem é médio-grande, é aquele médio que tá ali quase caindo para agricultura familiar ou subindo. E aí você tem a grande massa que está no MDA. Evidentemente que nós achamos – porque conhecemos as três propostas – que de longe a proposta sustentável é a do MDA. Essa é boa do ponto de vista técnico, do ponto de vista intelectual e do ponto de vista político. Ela foi discutida no Condraf com todos os representantes dos movimentos sociais. Hoje se essa entidade for para o MAPA a zuada dos movimentos sociais vai ser muito grande. Vai pegar fogo em Brasília.[12]

A criação do novo órgão nacional de Ater ainda está em processo. Até o fim da realização da presente pesquisa ainda não havia uma definição quando ao destino institucional da entidade, nem quanto aos limites de sua atuação. Nosso propósito foi o de ressaltar que a Asbraer realizou esforços em diversas frentes pra que uma nova entidade

[11] BRITO, Júlio Zoé de. Entrevista concedida ao pesquisador no dia 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA-PE).
[12] BRITO, Júlio Zoé de. Entrevista concedida ao pesquisador no dia 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA-PE).

fosse criada para concentrar recursos e, certamente, favorecer de um modo especial as ações das entidades estaduais de Ater a ela associadas.

Essas ações da entidade, em grande medida, são divulgadas pela Asbraer em sua comunicação organizacional, especialmente em sua página oficial da internet (www.asbraer.org.br) e nos sites de redes sociais virtuais que utiliza, incluindo Twitter e Facebook. É nesses canais de comunicação que a entidade busca dar visibilidade a suas ações e as de suas associadas, na realização de sua missão institucional. É também nesses espaços que a Asbraer apresenta suas propostas e ações políticas, de modo a sensibilizar seus públicos e possíveis parceiros institucionais.

Considerações finais

A Asbraer busca realizar sua missão institucional ao influenciar as políticas públicas de voltadas ao desenvolvimento rural, sobretudo as políticas relacionadas à Assistência Técnica e Extensão Rural. Para isso, a entidade se faz presente em diversos fóruns e espaços de debate e definição de políticas para a área. Entre 2011 e 2012, a Asbraer apresentar suas prioridades e exercer influência em espaços como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério de Agricultura (MDA), Pecuária e Abastecimento (Mapa), comissões da Câmara Federal dos Deputados e do Senado Federal.

A criação de frentes parlamentares estaduais de Ater e de legislações específicas para cada estado da federação foi apontado como objetivo institucional da Asbraer e das entidades a ela associadas. A criação de comissões e de legislações próprias de cada estado permitiria, segundo a Asbraer, o debate local sobre as necessidades específicas de cada estado. Por outro lado, é possível que em algumas regiões e estados do país essas legislações específicas não se coadunem com as propostas estabelecidas pela Política Nacional de Ater.

A principal bandeira apresentada pela entidade foi a da recriação de uma entidade que articulasse e integrasse os investimentos e políticas de Ater em nível federal. A criação do chamado Sisbraer foi, certamente, a luta travada com maior empenho pelo Conselho Diretor da Asbraer nos últimos anos. Atualmente a Entidade defende que o novo órgão de Ater nacional atenda não somente os públicos exclusivos apontados pela Pnater (agricultores familiares, povos tradicionais, quilombolas, ribeirinhos etc.), mas que a Ater busque contemplar pequenos, médios e até mesmo grandes produtores.

Referências

ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural; ABER. Academia Brasileira de Extensão Rural. **Serviços de ATER para o Brasil contemporâneo:** contribuição da Extensão Rural Estatal aos candidatos à presidência da República. Brasília, 2010. Disponível em: < http://migre.me/diz90>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **2º Fórum dos dirigentes das entidades oficiais de Ater:** convênio MDA/ASBRAER Nº 029/2008. Brasília, 2011a. Disponível em: <http://migre.me/dizAc>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **2º Fórum dos dirigentes das entidades oficiais de Ater:** convênio MDA/ASBRAER Nº 029/2008. Brasília, 2011a. Disponível em: <http://migre.me/dizAc>. Acesso em: 11 nov. 2012.

_____. **Frente da Extensão Rural de Santa Catarina será lançada nesta quarta-feira**, Florianópolis, 2 de agosto de 2011b. Disponível em <http://migre.me/diLpP>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **Asbraer propõe mudanças nas chamadas públicas**, Brasília, 21 de julho de 2011c. Disponível em: <http://migre.me/diLzf>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **IPA recebe deputados da Comissão de Agricultura**, Recife, 8 de junho de 2011d. Disponível em: <http://migre.me/diM11>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **Presidente da ASBRAER defende a recriação da Embrater**. Brasília, 6 de julho de 2011e. Disponível em: <http://migre.me/dlWET>. Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. **ASBRAER propõe ao governo a criação de órgão para coordenar a política nacional de extensão rural**, Brasília, 20 de julho de 2011f. Disponível em: <http://migre.me/diMVo>. Acesso em: 7 dec. 2012.

_____. **ASBRAER apresenta proposta para um novo tempo de extensão rural**, Brasília, 13 de setembro de 2011g. Disponível em: <http://migre.me/diN6R>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **Para um Brasil sem miséria, é preciso investir na extensão rural**, Brasília, 16 de setembro de 2011h. Disponível em: <http://migre.me/diNhk>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **Criação de entidade nacional de ATER é consenso no Congresso Nacional**, Brasília, 8 de dezembro de 2011i. Disponível em: <http://migre.me/diNot>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **Subcomissão aprova proposta do Sisbraer**, Brasília, 13 de dezembro de 2011j. Disponível em: <http://migre.me/diOFU>. Acesso em: 7 dec. 2012.

_____. **Comissão de Agricultura da Câmara recomenda ao governo federal a criação do Sisbrater**, Brasília, 14 de dezembro de 2011k. Disponível em: <http://migre.me/diORu>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **Dirigentes das entidades de ATER vão lutar pela criação de frentes parlamentares nos estados e municípios**. Brasília, 5 dez. 2011m. Disponível em: <http://migre.me/dm411>. Acesso: 9 dez. 2012.

_____. **Estatuto Social da Associação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília, 2012a. Não paginado. Disponível em: <http://migre.me/diyNL>. Acesso em: 13 jul. 2011.

_____. **Criação do Sisbrater ganha mais apoio no Congresso.** Brasília, 2012b. Disponível em <http://migre.me/dizFb>. Acesso: em 13 de jun. 2012.

_____. **Asbraer faz 22 anos e defende um sistema nacional de assistência técnica e extensão rural**, Brasília, 26 de junho de 2012c. Disponível em: <http://migre.me/diKtH>. Acesso em: 9 dez. 2012.

_____. **Criação do Sisbrater ganha mais apoio no Congresso.** Brasília, 2012c. Disponível em: <http://migre.me/dlKuH>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. **Presidente Dilma Rousseff vai criar a agência nacional de extensão rural**, Brasília, 28 de junho de 2012d. Disponível em: <http://migre.me/diMiK>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **Conferência Nacional de ATER e criação do Sisbrater são prioridades políticas de 2012**. Brasília, 24 de janeiro de 2012e. Disponível em: <http://migre.me/dm32B>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. **ASBRAER reforça necessidade de criação do Sisbrater no Senado.** Brasília, 27 de março de 2012f. Disponível em: <http://migre.me/dm36b>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Criação do Sisbrater ganha mais apoio no Congresso.** Brasília, 28 de março de 2012g. Disponível em: <http://migre.me/dmfvV>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Asbraer propõe a construção de um sistema de Ater na abertura da 1ª Conferência.** Brasília, 24 de abril de 2012h. Disponível em: <http://migre.me/dmfrx>. Acesso em: 12 dez. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2004. Disponível em: <http://migre.me/diA6G>. Acesso em: 7 maio 2011.

_____. Lei Nº 8.029, de 12 de janeiro de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução das entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://migre.me/diAM0>. Acesso em: 12 jan. 2013.

_____. Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <http://migre.me/diARI>. Acesso em: 12 jun. 2011.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Irenilda de Souza; ROUX, Bernard. As estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil. In: CIMADEVILLA, Gustavo. **Comunicación, tecnología y desarrollo**. Argentina: Editoral Universidad Nacional de Río Cuarto, 2008, p.91-102.

PEÑA, V.T.; MORILLO, J. **La compleijidad de Análisis Documental:** Información, cultura y sociedade. Madrid, n. 6, p. 55-81, 2007. Disponível em: <http://migre.me/diBXR>. Acesso em: 16 ago. 2012.